

Economia Solidária e “alternativas ao desenvolvimento”: notas exploratórias a partir do caso da Coop 99

Rita Pereira

Economia Solidária e “alternativas ao desenvolvimento”: notas exploratórias a partir do caso da Coop 99

Rita Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

up201604299@edu.letras.up.pt

Economia Solidária e “alternativas ao desenvolvimento”: notas exploratórias a partir do caso da Coop 99

Resumo

O artigo explora em que medida os discursos e práticas da Coop 99 – Cooperativa Integral do Porto, enquanto iniciativa de economia solidária, refletem características discutidas na literatura do pós-desenvolvimento (PD) sobre “alternativas ao desenvolvimento”. Partindo da delimitação teórica dos campos do PD, economia solidária e cooperativismo integral, adota-se uma abordagem qualitativa e exploratória que combina observação direta, entrevistas semiestruturadas e análise de documentos da organização. São mobilizadas duas grelhas teoricamente informadas: i) ideias-chave da economia solidária (Hespanha & Santos, 2016) e ii) eixos analíticos associados às “alternativas ao desenvolvimento” (cf. Kothari et al., 2019; Schöneberg, 2021). Os resultados sugerem que a Coop 99 apresenta traços amplamente compatíveis com a economia solidária, apontando ainda para convergências parciais e situadas (mas também tensões) face às propostas de alternativas ao desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: economia solidária, cooperativismo integral, pós-desenvolvimento, alternativas ao desenvolvimento.

Abstract

This article examines the extent to which the discourses and practices of Coop 99 – Cooperativa Integral do Porto, as a solidarity economy initiative, reflect features discussed in the post-development (PD) literature on “alternatives to development”. Drawing on the theoretical fields of PD, solidarity economy, and integral cooperativism, it adopts a qualitative, exploratory approach combining direct observation, semi-structured interviews, and analysis of organisational documents. Two theory-informed analytical frameworks are employed: (i) key ideas of the solidarity economy (cf. Hespanha & Santos, 2016) and (ii) analytical axes associated with “alternatives to development” (cf. Kothari et al., 2019; Schöneberg, 2021). Findings suggest that Coop 99 displays traits broadly consistent with the solidarity economy, while exhibiting partial and situated convergences (alongside tensions) with alternatives-to-development proposals.

KEYWORDS: solidarity economy, integral cooperativism, post-development, alternatives to development.

Introdução

A emergência do pós-desenvolvimento (PD), na passagem da década de 1980 para 1990, consolidou uma crítica radical ao imaginário, discursos e dispositivos contidos no paradigma desenvolvimentista, sublinhando a necessidade de procurar e construir propostas alternativas ao desenvolvimento (cf. Sachs, 1992; Esteva, 1992; Escobar, 1995). Esta preocupação seria posteriormente aprofundada no âmbito do “pluriverso”, que convoca uma multiplicidade de cosmovisões, experiências e propostas de organização societal, em linha com a visão zapatista de “um mundo em que muitos mundos cabem” (Kothari et al., 2019). Se, por um lado, a inclusão da economia solidária na obra *Pluriverse: A Post-Development Dictionary* de Kothari et al. (2019), na entrada sobre Economia Social e Solidária, sublinha o potencial deste mesmo campo para imaginar e praticar formas alternativas de organização, por outro lado, a sua relevância em Portugal (Hespanha & Santos, 2016) – nomeadamente através do movimento das cooperativas integrais, enquanto experiências cooperativas multissetoriais assentes na autogestão, na democracia direta e na reciprocidade – abre espaço para questionar se, e em que medida, estas experiências podem constituir “alternativas ao desenvolvimento”, à luz do PD.

Partindo desse enquadramento, este artigo analisa, de forma exploratória, em que medida os discursos e práticas da Coop 99, enquanto cooperativa integral e iniciativa de economia solidária, refletem algumas das características encontradas nas “alternativas ao desenvolvimento”. Nesse sentido, propõe-se a (i) caracterizar e interpretar a Coop 99 à luz das cinco ideias-chave da economia solidária (Hespanha & Santos, 2016) e (ii) identificar potencialidades e tensões relevantes para a discussão sobre “pluriverso” e caminhos de transformação social, a partir de três eixos de características associadas às “alternativas” (cf. Schöneberg, 2021; Kothari et al., 2019).

O texto organiza-se em quatro partes. Depois de uma breve incursão pelo PD, economia solidária e cooperativas integrais, é apresentada a metodologia. Segue-se a caracterização e análise da Coop 99 com base na grelha das cinco ideias-chave e, por fim, a iniciativa é explorada como possível “alternativa ao desenvolvimento” a partir dos eixos referidos.

1. Enquadramento teórico

1.1. O pós-desenvolvimento e as “alternativas ao desenvolvimento”

No contexto internacional da década de 1980, a frustração sentida em vários países do Sul global face ao incumprimento das promessas de “ajuda ao desenvolvimento” e aos efeitos dos programas de ajustamento estrutural, os sintomas de “mal-estar social” nos

países ditos “desenvolvidos” e nos países socialistas, a emergência da consciência ambiental e o fim do crescimento económico que marcou o período pós-guerra levaram a que os discursos e práticas dominantes do desenvolvimento entrassem numa crise profunda (cf. Amaro, 2003, pp. 52-55). Apesar dos esforços de reformulação do paradigma desenvolvimentista para abranger outras dimensões além do crescimento económico – frequentemente na forma de “desenvolvimentos alternativos”¹ –, o interesse “não em desenvolvimentos alternativos mas em alternativas ao desenvolvimento” (Escobar, 1995, p. 215, tradução livre) ganhou relevo, levando vários autores a convergir na proposta de abandonar a “era do desenvolvimento” e os seus discursos e dispositivos eurocêntricos de crescimento, progresso e modernização e a defender a inauguração de uma nova era, marcada por propostas alternativas e transformadoras de pensar o bem-estar (cf. Sachs, 1992; Esteva, 1992; Escobar, 1995).

Na última década, e face à crítica de que o PD não apresentaria alternativas concretas (cf. Ziai, 2004), a proposta do “pluriverso” consolidou-se como agenda renovada e repolitizada do PD, orientada para identificar e articular cosmovisões, valores e propostas localmente enraizados², visando uma reorganização profunda das relações sociais, económicas, políticas e ecológicas – dentro e entre sociedades humanas e destas com a “natureza” (cf. Kothari et al., 2019). Embora heterogéneas, estas “alternativas” tendem a mobilizar temas recorrentes como a visão biocêntrica do mundo, a ênfase na harmonia, a rejeição do dualismo humano-natureza, o não-individualismo, a reciprocidade, o cuidado, o sentido de comunidade, a não tecnocracia e a ligação ao território (Schöneberg, 2021, p. 45), ou ainda valores como autonomia e autossuficiência, bens comuns e ética coletiva, e unidade com a natureza (cf. Kothari et al., 2019, p. xxix).

Alinhado com a visão dos Zapatistas de Chiapas de “um mundo em que muitos mundos cabem” (Kothari et al., 2019, p. xxxiii), o pluriverso alarga o alcance da crítica inicial do PD (muitas vezes associada aos países do Sul global), oferecendo uma moldura útil para pensar iniciativas situadas no Norte, sem ignorar as hierarquias que atravessam as relações entre “Norte” e “Sul”.

1.2. A economia solidária e as cooperativas integrais

Com raízes na história associativa dos trabalhadores e nas formas de cooperativismo operário e de consumo no início do século XIX, a economia social e solidária emergiu da organização das classes populares face às formas de exploração associadas ao

¹ Alguns dos “desenvolvimentos alternativos” que ganharam expressão durante este período incluem o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento local, o desenvolvimento humano, o desenvolvimento social ou o desenvolvimento integrado (cf. Amaro, 2017, p. 90).

² Exemplos frequentemente referidos incluem o Buen Vivir em vários contextos andinos, o Botho/Ubuntu em diferentes países africanos ou o decrescimento sobretudo na Europa (Schöneberg, 2021).

capitalismo industrial europeu (cf. Ferreira et al., 2023; Laville & Gaiger, 2009). Ao longo do século XX, porém, muitas destas iniciativas foram sendo progressivamente institucionalizadas, com grande parte das formas de cooperativismo a aproximarem-se das lógicas do mercado e o associativismo a desempenhar funções sobretudo assistencialistas e subsidiárias (Laville & Gaiger, 2009). A partir de meados da década de 1970, no quadro de aprofundamento da crise das formas hegemónicas de regulação capitalista, tornou-se evidente que essa institucionalização resultara numa perda da força reivindicativa da economia social e da capacidade de impulsionar projetos mais amplos de transformação social (Ferreira et al., 2023).

A economia solidária surgiria, assim, nas proximidades da economia social (Amaro, 2009), retomando os seus princípios originários (Parente, 2017) e privilegiando a solidariedade em detrimento do interesse individual e da maximização do ganho material (Laville & Gaiger, 2009). Orientada para a complementaridade entre dinâmicas mercantis, não mercantis e não monetárias (cf. Ferreira et al., 2023), assume configurações distintas em diferentes contextos, associadas a projetos políticos concretos e tradições interpretativas variadas – nomeadamente as versões francófona, ibero-americana e da Macaronésia (cf. Amaro, 2009).

Em Portugal, a economia solidária conheceu um desenvolvimento relativamente tardio, relacionado, entre outros fatores, com a “baixa porosidade do discurso” (Hespanha & Santos, 2016) e com um reconhecimento institucional limitado, evidente, por exemplo, na exclusão do conceito da Lei de Bases da Economia Social (cf. Ferreira et al., 2023; Hespanha & Santos, 2016). Ainda assim, há sinais de crescimento das dinâmicas impulsionadas pela insatisfação face ao modelo dominante e aos seus efeitos nefastos – dinâmicas essas que, conforme formulado por Hespanha e Santos (2016), abrem caminho para “repensar Portugal como possível espaço de sociabilidades ocultas, de racionalidades económicas paralelas e de um manancial de experiências contra-hegemónicas ainda não completamente identificadas” (pp. 25-26). A criação, em 2015, da RedPES – Rede Portuguesa de Economia Solidária constitui um exemplo de como o movimento se procurou articular e alcançar maior consistência política e capacidade de intervenção, apesar do curto período de atividade efetiva.

Reconhecendo a diversidade de experiências, práticas e interpretações que contém, Hespanha e Santos (2016) propõem uma definição ampla da Economia Solidária como:

o conjunto dos arranjos económicos colectivos de produção, consumo, comercialização e crédito (incluindo as iniciativas de reprodução social geridos pelos próprios cidadãos, a exemplo de alguns serviços de proximidade), em meio rural ou urbano, que estejam baseados na gestão partilhada, na solidariedade (como redistribuição equitativa de bens e oportunidades) e na cooperação. (p. 32)

A partir desta definição, os autores inferem algumas ideias-chave do conceito: 1) centralidade da autogestão, enquanto capacidade de grupos sociais solucionarem autónoma e coletivamente os seus problemas, assumindo o controlo das decisões que os afetam; 2) presença significativa da informalidade e reciprocidade, tanto na economia popular como em manifestações de inconformismo face à “alienação consumista”; 3) foco na solidariedade, enquanto “redistribuição equitativa de oportunidades, bens e resultados entre iguais”, ancorada em relações de proximidade e confiança (não filantrópicas ou paternalistas); 4) existência de uma dimensão política e de “contrapoder”, expressa na resistência ao sistema económico dominante, na resignificação do tecido democrático ou noutras agendas próprias; e 5) adoção de estratégias para uso eficaz e criativo dos recursos (Hespanha & Santos, 2016, pp. 32-36).

Por sua vez, nos últimos anos, o movimento das cooperativas integrais tem-se afirmado no campo da economia solidária com o surgimento de organizações “de base territorial assente[s] nos princípios de democracia direta, economia de proximidade, cooperação em rede e descentralização” (Jornal Mapa, 2023). A Rede de Cooperativas Integrais (s.d.) define-as como:

(...) cooperativas que podem atuar em qualquer atividade necessária ao viver, para a produção de qualquer tipo de produtos e prestação de serviços, fornecer soluções de habitação e consumo, serviços socioculturais diversos, entre outros. São multissetoriais, mistas e ativas em diversos ramos cooperativos e áreas económicas necessárias ao viver de cada comunidade onde se integram.

O conceito surgiu na Catalunha em 2010 pelo coletivo anticapitalista *Crise*, numa altura em que os efeitos da crise financeira de 2008 se faziam sentir fortemente e os movimentos sociais exigiam a responsabilização das instituições financeiras pela conjuntura, dando origem à Cooperativa Integral Catalã (Lopes Mateus & Olival, 2024). Em Portugal, não é um termo completamente novo: conforme notado por Lopes Mateus e Olival (2024), em 1951, António Sérgio já referia a necessidade de “caminhar no sentido de um cooperativismo integral” (CASES, 2012). Porém, a primeira cooperativa integral – a Cooperativa Integral Minga – apenas foi formalizada em 2015, em Montemor-o-Novo, no rescaldo das políticas de austeridade que sucederam a intervenção da Troika. Desde então, o número de iniciativas tem crescido, tendo o primeiro *Fórum das Cooperativas Integrais* sido realizado em 2022 e, posteriormente, criada a *Rede das Cooperativas Integrais* (Lopes Mateus & Olival, 2024).

2. Metodologia

De natureza exploratória e qualitativa, o artigo envolve a análise temática dos discursos e práticas da Coop 99 – Cooperativa Integral do Porto, selecionada pela sua relevância para as temáticas em análise e por critérios de acessibilidade e oportunidade.

A componente empírica assenta em: i) observação direta, registada em diário de campo, que inclui visita à loja e apresentação da cooperativa por membros, a 02/12/2025, e observação de uma Assembleia Geral, a 13/12/2025, com participação de 20 cooperadores e autorização prévia do coletivo; ii) duas entrevistas semiestruturadas online, realizadas com um cooperador (“A”) e uma cooperadora e membro da direção (“B”), a 16 e 15/12/2025, respetivamente, com duração de 45 minutos e mediante consentimento informado; e iii) análise documental de materiais públicos disponibilizados online, consultados em dezembro de 2025 (site, Estatutos, Regulamento Interno, Relatório e Contas de 2024 e Plano de Atividades para 2025). As entrevistas seguiram amostragem intencional, tendo sido privilegiados interlocutores com elevada implicação organizacional.

A análise temática realizada seguiu uma abordagem de orientação dedutiva e teoricamente informada (Braun & Clarke, 2022), mobilizando as cinco ideias-chave da economia solidária (Hespanha & Santos, 2016) e três eixos transversais associados às “alternativas ao desenvolvimento”, construídos a partir das características e valores das “alternativas” apontados por Schöneberg (2021) e Kothari et al. (2019). Na fase de tratamento e interpretação, procedeu-se à triangulação entre fontes, procurando evidências que problematisassem e sustentassem as interpretações construídas. Para proteger o anonimato, todos os interlocutores são identificados por códigos.

Além dos limites típicos de um caso único de curta duração, a realização de entrevistas com interlocutores muito envolvidos pode subrepresentar experiências de participação periférica e tensões menos visíveis, favorecendo leituras mais normativas; também o caráter parcialmente guiado do acesso e a minha posição de observadora externa podem ter condicionado o que foi observado e enfatizado em alguns momentos. Assim, os resultados devem ser lidos como indícios situados e exploratórios, que não permitem (nem visam) generalizações, mas que contribuem para abrir pistas de reflexão sobre as temáticas em análise.

3. A Coop 99 enquanto iniciativa de Economia Solidária

A Coop 99 começou a formar-se em 2022, a partir da iniciativa de um coletivo de amigos, colegas e pessoas com preocupações comuns em torno da criação de alternativas

económicas transformadoras face ao modelo dominante (Coop 99, s.d.). A vontade de criar um espaço de “auto-organização económica e de regeneração ambiental” no Porto que oferecesse o enquadramento legal para a criação de produtos e projetos individuais e fomentasse “dinâmicas de cooperação, de solidariedade, de cuidado e de regeneração ambiental” (Coop 99, s.d.) culminou na constituição formal da Coop 99 – Cooperativa Integral do Porto a 29 de novembro de 2023, como Cooperativa de Responsabilidade Limitada (CRL) (Coop 99, 2023).

De natureza multisetorial e inserida nos ramos de serviços, comercialização, consumidores, agrícola, solidariedade social, habitação e construção, a Coop 99 tem como objeto social “a criação de uma alternativa económica que, por um lado, reúne as iniciativas de auto-organização económica de cada pessoa cooperadora e, por outro, serve de apoio à estimulação dos seus projetos, serviços ou produtos que garantem a sustentabilidade da vida” (Coop 99, 2023, p. 1). A ação organiza-se em quatro eixos: um eixo centrado nas Pessoas e orientado para a promoção de processos educacionais críticos e da economia solidária; outro dirigido ao fortalecimento de iniciativas profissionais cooperativas, sustentáveis e inclusivas; o terceiro focado na promoção de parcerias e alianças; e o último assente na autogestão e melhoria da organização interna (Coop 99, 2024a, p. 9).

Com 32 pessoas cooperadoras até ao final de 2024 (que, entretanto, aumentaram para 56 – “A”, visita, 02/12/2025), a Coop 99 está integrada na Rede de Cooperativas Integrais, inscrevendo-se, assim, no campo mais amplo do cooperativismo integral em Portugal.

3.1. Autogestão

A autogestão, como capacidade do grupo para decidir, gerir e resolver as suas próprias necessidades, de forma coletiva e autónoma (cf. Hespanha & Santos, 2016), constitui um princípio central na Coop 99: “se não tem autogestão nem democracia radical, não é economia solidária” (“A”, entrevista, 16/12/2025). Na prática, “uma das formas de operacionalizar a autogestão é através da organização em Grupos de Trabalho (GT)” (“A”, visita, 02/12/2025) dedicados a áreas como formação, apoio aos negócios, cuidado ou espaço. Estes GT, constituídos por pessoas cooperadoras voluntárias, “preparam propostas e facilitam informação para a tomada de decisão na Assembleia Geral” (“A”) – o órgão máximo de decisão, do qual todos os cooperadores fazem parte (Coop 99, 2024a, p. 7). A cooperativa realiza também Reuniões Gerais mensais e Assembleias Gerais (AG) semestrais, abertas à participação de todas as pessoas cooperadoras e orientadas pela máxima de “uma pessoa, um voto” (“D”, visita, 02/12/2025). O processo de decisão privilegia mecanismos participativos (observados na AG acompanhada): primeiro, procura-se alcançar o consenso através de discussão aberta; quando não é

possível, recorre-se ao consentimento, por forma a garantir que, havendo uma posição maioritária, as restantes pessoas se sentem confortáveis em deixar que essa decisão avance; em último caso, procede-se à votação, entendida como a solução menos desejável (“A”, visita, 02/12/2025).

Embora se verifiquem constrangimentos ao nível da gestão financeira – uma nova cooperadora afirmou que “pensava que estavam mais organizados” (“C”, AG, 13/12/2025) e uma outra sublinhou que “Desde o início, temos tido sempre dificuldades na gestão e na previsão orçamental” (“B”, AG, 13/12/2025) –, a observação das dinâmicas de construção de soluções conjuntas em contexto assemblear sugere esforços de horizontalidade e controlo coletivo sobre as decisões que afetam o grupo. Um exemplo são as rondas regulares de partilha, observadas na AG: após um período de debate, cada pessoa cooperadora foi convidada a intervir com um tempo de intervenção cronometrado, fomentando uma participação mais simétrica na construção de soluções partilhadas.

3.2. Informalidade e reciprocidade

A informalidade é aqui entendida como elevada flexibilidade e baixa formalização das regras e rotinas internas, expressa em acordos coletivos e ajustáveis sobre a organização do trabalho, distribuição de responsabilidades e tomada de decisão. Na Coop 99, uma parte relevante do funcionamento assenta em formas de contribuição que excedem os vínculos laborais formais, designadamente através de trabalho voluntário: de acordo com o Relatório e Contas, em 2024, 68% das 32 pessoas cooperadoras realizaram trabalho voluntário. Esta dimensão é enquadrada por “B” como parte constitutiva do projeto coletivo: “Queremos lugares profissionais, mas o voluntariado é visto como parte do processo (...), não é voluntariado no sentido caritativo, mas sim para fazer funcionar algo que é de todos” (entrevista, 15/12/2025), ainda que seja reconhecida como fonte de desafios organizacionais e económicos: “É frustrante não ter a capacidade de integrar pessoas, atrasa a sustentabilidade e cria riscos económicos para a cooperativa. Mas era um risco maior contratar desde início” (“B”, entrevista, 15/12/2025).

A informalidade parece manifestar-se também na organização interna, funcionando como recurso e fonte de tensões em momentos que exigem maior previsibilidade processual; por exemplo, uma cooperadora mencionou a “pouca formalidade na preparação da votação dos órgãos sociais” (“E”, AG, 13/12/2025), sugerindo que alguns procedimentos poderiam beneficiar de maior clarificação e planeamento. Por outro lado, é entendida como fator que reforça a flexibilidade organizacional e facilita a adaptação: “a informalidade ajuda a não criar estruturas rígidas que permitam ao coletivo construir

respostas criativas, por exemplo quando decidimos sortear os lugares dos membros da direção e ser uma tríplice” (“A”, entrevista, 16/12/2025).

Já a reciprocidade, enquanto lógica de apoio mútuo e troca não estritamente mercantil, assente em relações de proximidade e confiança, encontra expressão formal no princípio de “cooperação, apoio mútuo e intercooperação” (artigo 1.º do Regulamento) e materializa-se em dinâmicas como as promovidas pelo GT Energia Coletiva (assembleias de cuidados, convívios, idas ao teatro, entre outras). Estas práticas apontam para uma construção intencional de coesão e bem-estar, embora seja assinalada a necessidade de acontecerem com maior regularidade: “devíamos organizar mais momentos e eventos para nos conhecermos melhor” (“F”, AG, 13/12/2025).

3.3. Solidariedade

A solidariedade enquanto redistribuição de recursos, oportunidades e resultados (cf. Hespanha & Santos, 2016) pode ser identificada na Coop 99 em mecanismos como a Mercearia Solidária, onde a política de preços e repartição das receitas procura garantir justiça para produtores e consumidores e privilegiar produtos locais, sazonais e de produção agroecológica. A título ilustrativo, regista-se o caso da couve-coração produzida a menos de 30 km da loja, cujo preço de venda (1,8€/kg) reverte em 88% para o produtor. Esta orientação é consistente com a descrição de “B” da loja como projeto “assente em princípios de comércio justo”, que promove uma distribuição mais equitativa do valor gerado pela venda e cria condições de acesso a canais de comercialização e infraestruturas coletivas; ademais, as pessoas cooperadoras têm a possibilidade de usar o espaço da loja para dinamizar atividades próprias, reduzindo custos individuais de acesso a espaços e recursos (“D”, visita, 02/12/2025).

A vontade de “aumentar a disponibilização de serviços dos cooperadores para o coletivo e para a comunidade”, enfatizada por “B”, depende dos interesses individuais: “as iniciativas partem do interesse individual de cada cooperador para criar o seu posto de trabalho” (“B”, entrevista, 15/12/2025). Além disso, a atividade individual é enquadrada por um mecanismo de contribuição para a sustentabilidade da estrutura comum: “8% do que a pessoa conseguir dá à cooperativa. Se o resultado for negativo, a culpa não é da cooperativa” (“B”, entrevista, 15/12/2025).

3.4. Dimensão política e projeto de contrapoder

A Coop 99 nasceu de uma crítica ao sistema económico dominante e às formas de desigualdade e injustiça associadas, mobilizando simbolicamente a referência aos 99% da população que detêm menos de metade da riqueza global e apelando à construção de

alternativas baseadas na cooperação (Coop 99, s.d.). Esta autoinscrição política, assente numa intencionalidade transformadora e num posicionamento crítico face ao modelo hegemónico, encontra expressão nos princípios orientadores da cooperativa e na intenção de “ser uma alavanca ou um caso prático de alternativa e contribuir para a transformação do resto da sociedade” (“B”, entrevista, 15/12/2025). Tal visão ecoa nas motivações de algumas pessoas cooperadoras, como sugere a intervenção de “G” na AG: “aqui encontrei um caminho alternativo à sociedade em que as pessoas só pensam em si, no lucro” (13/12/2025).

Esta dimensão é vivida de forma situada e traduz-se num trabalho contínuo de construção do coletivo. A ideia de que “não se nasce coletivo, se torna coletivo”, evocada por “A” (entrevista, 16/12/2025), aponta para um entendimento de “contrapoder” como algo que se produz no quotidiano, através de práticas concretas e reflexivas de organização, deliberação e cooperação. Ao mesmo tempo, por se tratar de uma cooperativa formalmente constituída, essa construção decorre em diálogo (e, por vezes, em tensão) com exigências administrativas; “A”, de origem brasileira, refere a influência de um certo formalismo na relação com os trâmites do Estado: “Tem uma questão relacionada com a cultura portuguesa que tem a ver com um nível de formalismo que nos leva a querer responder aos trâmites do Estado. Não sei se é por o cooperativismo integral ser algo novo em Portugal ou se é mesmo algo cultural” (entrevista, 16/12/2025).

Finalmente, embora o Regulamento consagre a independência político-partidária e religiosa, foi referido que a “articulação com movimentos sociais é uma prioridade” (“D”, visita, 02/12/2025) – a qual se concretiza na participação em manifestações externas antifascistas e LGBTQI+, como a Marcha do 8M, Coletivo CVI, A Gralha, entre outros (“B”, entrevista, 15/12/2025).

3.5. Uso eficiente e criativo dos recursos

A eficiência e a criatividade no uso dos recursos – enquanto formas de mobilização parcimoniosa e inventiva dos recursos (financeiros, físicos e humanos) orientadas pela ética de cuidado e pelo distanciamento de lógicas de desperdício e extrativismo – encontram expressão no princípio da “Gestão eficiente dos recursos disponíveis”. Este princípio traduz-se, por exemplo, em estratégias de mobilização interna de tempo e competências: como referido em 3.2., o trabalho voluntário e a organização do funcionamento em GT permitem distribuir tarefas e assegurar continuidade operacional sem uma estrutura fortemente profissionalizada.

Esta orientação é visível na loja, que incorpora opções materiais e organizacionais orientadas para a minimização do desperdício e um uso cuidado dos recursos – não

apenas como critério económico, mas como prática ecológica. Durante a visita, verificou-se o recurso a materiais reutilizados na decoração do espaço e foi enunciado o incentivo “a que as pessoas tragam os seus próprios recipientes para adquirir os produtos” (“A”, 02/12/2025). Já no plano operacional, a necessidade de ajustar o funcionamento à viabilidade económica levou a reorganizar horários e a afetação de recursos humanos: uma vez que “a loja não é sustentável e não paga para ter lá alguém a tempo inteiro”, o grupo “decidi[u] reduzir o número de dias e horas que está aberta e juntar[ou]-se para fazer turnos na loja” (“B”, entrevista, 15/12/2025), uma estratégia de adaptação organizacional que permite manter a atividade com menores custos.

A sustentabilidade financeira emerge, assim, como uma tensão transversal. Na AG, foi referido que “não nos podemos fechar completamente, temos de ser mais eficientes na gestão dos recursos” (“B”, AG, 13/12/2025), uma preocupação também visível na posição sobre financiamentos externos: apesar de ser uma questão “complexa”, a estratégia descrita passa por “te[r]mos o cuidado de tentar aceder a financiamentos que apoiem a estrutura da cooperativa, para acelerar dinâmicas e olear processos, mas [...] que seja algo temporário” (“B”, entrevista, 15/12/2025).

4. A Coop 99 à luz do pós-desenvolvimento

Para discutir em que medida a Coop 99 apresenta indícios de características associadas às “alternativas ao desenvolvimento”, à luz do PD, são mobilizados três eixos, derivados das características identificadas por Schöneberg (2021) e Kothari et al. (2019): 1) biocentrismo e ligação ao território; 2) reciprocidade, cuidado e sentido de comunidade; e 3) autonomia, não tecnocracia e agência.

4.1. Biocentrismo e ligação ao território

As “alternativas ao desenvolvimento” convergem frequentemente na crítica ao antropocentrismo e na defesa de visões biocêntricas e relacionais do mundo, articuladas com uma ênfase no território enquanto espaço de enraizamento comunitário, pertença e reorganização das práticas de provisão e reprodução da vida (cf. Schöneberg, 2021, p. 45). Na mesma linha, os autores de *Pluriverse* associam a transição para uma “biocivilização” à sustentabilidade ecológica e à unidade com a natureza (cf. Kothari et al., 2019, p. xxix).

Retomando os pontos 3.3. e 3.5., a Coop 99 pode ser lida como um esforço de deslocamento (ainda que situado) face a lógicas dissociadas do cuidado ecológico. Em termos discursivos, o propósito declarado – centrado no bem-estar das pessoas “integradas e em equilíbrio com o meio ambiente” e tendo a “Sustentabilidade da Vida”

como eixo orientador (Coop 99, 2024a, p. 6) – enquadra a ecologia como um pilar estruturante e não como objetivo externo: “A cooperativa tenta satisfazer as necessidades dos cooperadores (...) com o cuidado de ter no centro a ‘Sustentabilidade da Vida’, com respeito pela natureza e integração no todo: não nos podemos ver no centro da existência ou como os seres mais importantes” (“B”, entrevista, 15/12/2025). Ao nível das práticas, a valorização de circuitos curtos de abastecimento, a preferência por produções locais e agroecológicas e as opções de consumo orientadas para a redução de desperdício material sugerem esforços de reconectar provisão de bens e cuidado do ecossistema, procurando mitigar a abstração espacial e ecológica associada a cadeias de valor longas e orientadas para a maximização do lucro.

A ligação ao território depende também de condições socioespaciais. Criada com base “na intuição de que uma loja a funcionar com princípios de comércio justo poderia ser um cartão de visita para mostrar à comunidade o que era a Coop” (“B”, entrevista, 15/12/2025), a Mercearia Solidária tem conseguido integrar produtores e vizinhos no circuito local de abastecimento: “A loja serve para servir a comunidade e temos muitos vizinhos a comprar e a vender os seus produtos aqui” (“B”, entrevista, 15/12/2025). Contudo, a sua localização decorre de condições materiais (incluindo a possibilidade de assegurar um espaço com renda acessível, como sublinhado por “B”) que não são neutras em termos de acessibilidade social e territorial; na perspetiva de um cooperador, “o bairro onde a cooperativa se insere tem pouca vitalidade” e “é frequentado sobretudo por pessoas de classe média-alta” (“A”, visita, 02/12/2025). Este contraste sugere que o enraizamento e a construção de relações com a vizinhança podem influenciar quem participa, quem consome e quem beneficia das oportunidades criadas.

4.2. Reciprocidade, cuidado e sentido de comunidade

Além da orientação biocêntrica, as cosmovisões e propostas associadas ao PD tendem a enfatizar a interdependência, os laços comunitários e a centralidade das atividades de cuidado, muitas vezes invisibilizadas ou desvalorizadas nas narrativas desenvolvimentistas (cf. Schöneberg, 2021). Esta ênfase dialoga com a definição de Economia Solidária de Hespanha e Santos (2016), ao remeter para formas de organização que privilegiam reciprocidade, cooperação e reprodução da vida.

Considerando as dinâmicas de cuidado e sociabilidade identificadas no funcionamento interno da Coop 99 (em 3.2. e 3.5.), a orientação para gerar vínculos e bem-estar coletivo de forma intencional é explicitada em formulações institucionais que convocam práticas “em prol do bem comum, de um outro sentido de ser e estar que ultrapassa o individualismo, encontrando o todo enquanto parte de si” (Coop 99, 2024b, p. 2), em linha com o princípio “cuidado, acolhimento e afeto”. A existência de um GT dedicado

ao cuidado e ao convívio reforça esta leitura, ao sinalizar a importância atribuída à sociabilidade e à construção de vínculos. Como refere “B”, “o fomento de relações e de bem-estar a partir de assembleias de cuidado e convívio permite-nos não substituir a lógica produtiva, mas complementá-la com uma lógica reprodutiva, que é tão menosprezada” (“B”, entrevista 15/12/2025) – uma perspectiva que pode ser lida em diálogo com a crítica à tendência do setor produtivo para corroer funções sociais e ecológicas associadas à reprodução da vida (cf. Kothari et al., 2019, xxxi).

Estas dinâmicas não estão isentas de tensões. A dependência do trabalho voluntário gera questões sobre assimetrias de participação e reconhecimento simbólico, podendo favorecer a emergência de hierarquias informais. Como observa “A”, “esses vetores de opressão, elites e tal existem e é normal isso acontecer. O importante é estar atento e desconstruir” (entrevista, 16/12/2025). Além disso, o cuidado e a sociabilidade parecem concentrar-se, em parte, em círculos de proximidade, deixando em aberto a permeabilidade do “nós” (isto é, quem participa, quem beneficia e quem fica à margem) e as possibilidades de alargamento.

4.3. Autonomia, não tecnocracia e agência

A crítica à tecnocracia e a valorização da autonomia e da agência política constituem temas recorrentes nas propostas do PD (cf. Schöneberg, 2021; Kothari et al., 2019). À luz da autogestão (em 3.1.) e da dimensão política e de contrapoder (3.4.), a Coop 99 apresenta elementos compatíveis com uma visão de democratização “a partir de baixo” e, nesse sentido, com uma orientação anti-tecnocrática. O desenho organizacional assente em assembleias, o princípio “uma pessoa, um voto” e a priorização de mecanismos participativos (como o consenso e o consentimento antes do voto) apontam para uma tentativa de deslocar a tomada de decisão para procedimentos coletivos e publicamente escrutináveis. No plano externo, a participação em redes de cooperativas integrais, manifestações, ações de advocacia ou intervenções públicas de natureza social, cultural, política, económica e ecológica sugerem uma agência coletiva orientada para a intervenção social e política.

Porém, tal como nos outros eixos, persistem fricções. A abertura à articulação com instituições e financiamentos associados a agendas de “desenvolvimento” pode expor a cooperativa a lógicas e imperativos próprios dos modelos dominantes que o PD critica, podendo ser interpretada como uma interação continuada com o “aparato do desenvolvimento” – o que exige tradução e negociação entre objetivos próprios e enquadramentos externos. Também as desigualdades de tempo, recursos e capital cultural entre as pessoas cooperadoras podem afetar a participação efetiva e o peso relativo das vozes nos processos coletivos.

Conclusões

A leitura da Coop 99 à luz da economia solidária aponta para um alinhamento substantivo com este campo, tanto no plano discursivo – expresso nos princípios, valores e sentidos atribuídos pelo coletivo – como nas práticas observadas e relatadas de autogestão e deliberação coletiva, reciprocidade e cuidado, e mecanismos com potencial redistributivo assentes em infraestruturas e recursos comuns. Esta articulação é situada e atravessada por tensões: a informalidade pode favorecer flexibilidade e adaptação aos desafios vividos e às vontades do coletivo, mas também opacidade e dificuldades de coordenação; a horizontalidade convive com assimetrias de disponibilidade, participação e experiência; e a mobilização de trabalho não remunerado, embora tendencialmente entendida como contributo para o bem comum, é inseparável dos desafios de sustentabilidade financeira. Ainda assim, estas ambivalências permitem situar a Coop 99 como processo reflexivo de construção de uma “alternativa à economia capitalista” (Hespanha & Santos, 2016, p. 25) no campo da economia solidária, envolvendo questionamentos, negociações e ajustes contínuos.

Do ponto de vista do PD, a Coop 99 aproxima-se das críticas à primazia do crescimento económico e à mercantilização da vida, valorizando interdependência, apoio mútuo e práticas de cuidado, e sugerindo ensaiar “os fundamentos dos mundos que deseja ver florescer no futuro” (Kothari et al., 2019, p. xxxv). As aproximações às “alternativas ao desenvolvimento” são parciais, destacando-se a centralidade atribuída à “Sustentabilidade da Vida” e práticas de provisão mais localizadas e orientadas por critérios ecológicos, a valorização de vínculos e cuidado como dimensões constitutivas da dinâmica cooperativa ou as formas de auto-organização e deliberação “a partir de baixo”. Estas convergências coexistem, porém, com tensões ligadas ao enraizamento comunitário (condicionado pelas condições socioespaciais), à dependência de voluntariado e à interação com enquadramentos legais e, por vezes, com instituições e financiamentos associados a agendas de “desenvolvimento”. Neste sentido, a Coop 99 pode ser descrita como um arranjo híbrido, um processo situado de construção de alternativa em que princípios e práticas são continuamente negociados face a constrangimentos organizacionais e institucionais, revelando potencialidades e limites.

Por fim, sendo este um exercício exploratório, abre pistas para investigação futura que aprofunde a articulação entre economia solidária e “alternativas ao desenvolvimento”. Em particular, seria relevante aprofundar o enraizamento territorial e os contornos do “nós”, bem como os modos como a cooperativa negocia a sua autonomia e os seus princípios na interação com enquadramentos legais, parcerias e financiamentos associados a agendas de “desenvolvimento”. Um acompanhamento longitudinal (e, idealmente, comparativo com outras cooperativas integrais) poderá ajudar a identificar

em que condições estas experiências ganham estabilidade, ampliam impacto e mantêm coerência entre princípios e práticas.

Bibliografia

- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento—Um conceito ultrapassado ou em renovação?
Cadernos de Estudos Africanos, 4, 35–70. <https://doi.org/10.4000/cea.1573>
- Amaro, R. R. (2009). A Economia Solidária da Macaronésia—Um novo conceito. *Revista de Economia Solidária*, 1, 11–29.
- Amaro, R. R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay! *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, 75–111.
<https://doi.org/10.4000/cea.2335>
- Braun, V., & Clarke, V. (2022). *Thematic analysis: A practical guide*. SAGE.
- CASES. (2012, janeiro 30). Boletim Cooperativista comentado. CASES - *Cooperativa António Sérgio para a Economia Social*. <https://cases.pt/boletim-cooperativista-comentado/>
- Coop 99. (2023). *Estatutos da Coop 99—Cooperativa Integral* [Estatutos].
<https://drive.google.com/file/d/1SIA8w0oAano9r-ikwHETIOfSiGHDK12n/view?usp=sharing>
- Coop 99. (2024a). *Plano de Atividades 2025* [Plano de Atividades].
- Coop 99. (2024b). *Regulamento Interno da Coop 99—Cooperativa Integral do Porto, CRL*.
(Regulamento Interno No. 3ª versão).
https://drive.google.com/file/d/1NGeBab0uxfu_ceNhq9yDm60OrTYfFVi2/view
- Coop 99. (2024c). *Relatório 2024. Primeiro ano de atividades* [Relatório e Contas].
- Coop 99. (s.d.). *Coop 99*. <https://coop99.pt/index.php/faqs/>
- Escobar, A. (1995). *Encountering development: The making and unmaking of the Third World*. Princeton University Press.

- Esteva, G. (1992). Development. Em *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power* (pp. 7–25). Zed Books.
- Ferreira, S., Parente, C., & Rego, R. (2023). O olhar sociológico sobre a sociedade civil, economias alternativas e o voluntariado. *SOCIOLOGIA ON LINE*, 31, 15–36.
<https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2023.31.2>
- Hespanha, P., & Santos, L. L. (2016). O nome e a coisa. Sobre a invisibilidade e a ausência de reconhecimento institucional da Economia Solidária em Portugal. *Revista da Economia Solidária*, 9, 22–69.
- Jornal Mapa. (2023, março 17). Próxima Paragem: Cooperativas Integrais. *Mapa: Jornal de Informação Crítica*. <https://www.jornalmapa.pt/2023/03/17/proxima-paragem-cooperativas-integrais/>
- Kothari, A., Salleh, A., Escobar, A., Demaria, F., & Acosta, A. (2019). Introduction: Finding Pluriversal Paths. Em A. Kothari, A. Salleh, A. Escobar, F. Demaria, & A. Acosta (Eds.), *Pluriverse: A Post-Development Dictionary* (1st Ed., pp. xxi–xl). Tulika Books and Authorsupfront.
- Laville, J.-L., & Gaiger, L. I. (2009). Economia Solidária. Em A. D. Cattani, J.-L. Laville, L. I. Gaiger, & P. Hespanha (Eds.), *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 162–167). Almedina.
- Lopes Mateus, C., & Olival, L. F. (2024). Integral Cooperatives as Prefigurative Organizations: Towards a Commons-Based Development Model. *The Journal of Entrepreneurial and Organizational Diversity*, 13(2), 97–120.
<https://doi.org/10.5947/jeod.2024.010>

- Parente, C. (2017). Economia social e solidária: Experiências sobre uma «outra» economia. Em L. Veloso, M. de L. Rodrigues, R. Rego, M. A. Lousada, C. Gonçalves, & C. Rodrigues (Eds.), *Anarquismo, trabalho e sociedade: Livro em homenagem a João Freire*. Almedina.
- Rede de Cooperativas Integrais. (s.d.). Cooperativa Integral. *Rede de Cooperativas Integrais*. <https://redcoopintegral.org/>
- Rist, G. (1997). *The History of Development: From Western Origins to Global Faith* (1.ª Ed.). Zed Books.
- Sachs, W. (1992). Introduction. Em W. Sachs (Ed.), *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power* (1st Ed., pp. 1–5). Zed Books.
- Schöneberg, J. (2021). Layers of Post-Development: De- and reconstructions in a world in which many worlds exist. *DPS Working Paper Series*, 9. <https://doi.org/10.17170/KOBRA-202311249082>
- Ziai, A. (2004). The Ambivalence of Post-Development: Between Reactionary Populism and Radical Democracy. *Third World Quarterly*, 25(6), 1045–1060. <http://www.jstor.org/stable/3993750>

WORKING PAPERS

4ª Série

Editora/Editor: Sara Melo

Comissão Científica/ Scientific Committee: Inês Maia, Rute Lemos

Uma publicação seriada online do

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Unidade de I&D 727 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Working Papers IS-UP are an online sequential publication of the

Institute of Sociology of the University of Porto

R&D Unit 727 of the Foundation for Science and Technology

Disponível em/Available on:

<https://sociologia.up.pt/working-papers>

ISSN: 1647-9424

WORKING PAPERS IS-UP n°99

Título/Title

Economia Solidária e “alternativas ao desenvolvimento”: notas exploratórias a partir do caso da Coop 99

Autora/Author

Rita Pereira

A autora, titular dos direitos desta obra, publica-a nos termos da licença Creative Commons “Atribuição – Uso Não Comercial – Partilha” nos Mesmos Termos 2.5 Portugal (cf. <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/pt/>).